

Convocação do dia 8 terá agenda repleta

Congresso Nacional

25 DEZ 1995

Governo e parlamentares aliados aproveitarão a convocação extraordinária para tentar votar, ou pelo menos adiantar, o que sobrou da pauta da sessão ordinária encerrada no último dia 15. Conforme solicitação do Presidente da República, os destaques deverão ser as reformas tributária, administrativa e previdenciária, o plano plurianual, a criação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF) e o Fundo de Estabilização Financeira (FEF), já aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados, além do Orçamento de 1996.

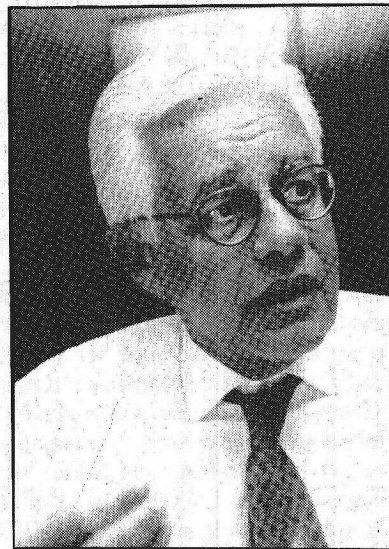
Pelo acordo com os líderes, provavelmente constará da pauta o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), projeto que pede autorização para empréstimos externos no valor de R\$ 1,4 bilhão. Se forem ratificados pelo Senado, esses recursos serão usados pelo Governo para a compra, junto à empresa norte-americana Raytheon, dos radares para fiscalização da região amazônica.

Prioridades — Na verdade, não há nada de novo para ser votado no período extraordinário, que começa



Euler: relatório está pronto

dia 8 de janeiro. A prioridade do Governo é a conclusão da reforma constitucional e a aprovação do CMF. Como foi proposta, a emenda da reforma administrativa facilita a demissão de servidores públicos, muda as regras da estabilidade do funcionalismo, altera o sistema de concursos públicos e acaba com o regime jurídico único. Ela está sob análise de uma comissão espe-



Moreira: mudança no funcionalismo

cial da Câmara. O relator da matéria é o deputado Moreira Franco (PMDB-RJ).

Quanto à reforma do sistema previdenciário, a votação deve ocorrer logo nos primeiros dias da convocação extraordinária, de acordo com recente previsão do líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS). Relatada pelo peemedebista

Euler Ribeiro (AM), a emenda acaba com a aposentadoria por tempo de serviço e extingue aposentadorias especiais, entre outras modificações.

Impostos — A terceira emenda dispõe sobre tributos. Se aprovada, ela livra do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações, a compra de máquinas e a cesta básica. Além disso, cria um Fundo de Compensação para os Estados e funde o ICMS com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a partir de 1988. A exemplo das duas outras, ela foi aprovada na CCJ com mudanças e vem sendo analisada por uma comissão especial, que deverá fazer outras alterações antes da votação em plenário.

O Governo trabalha ainda para aprovar a proposta de criação da (CMF), que deverá garantir para o Ministério da Saúde cerca de R\$ 6 bilhões em 1996. Além disso, já o Orçamento para o ano que vem. A proposta somente entrará em votação no fim de janeiro, em função do atraso na entrega dos relatórios setoriais.

JORNAL DE BRASÍLIA

Arquivo